

CURSOS DE JORNALISMO, TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E CENTRALIDADE URBANA

Antônia Alves Pereira¹

RESUMO:

Este artigo apresenta a contribuição dos cursos de jornalismo para centralidade urbana pelos serviços educacionais e de mídia com referencial teórico-metodológico fundado em Martín-Barbero, Paulo Freire e Milton Santos e nas diretrizes curriculares e extensionistas. A cartografia do mapa das mutações contemporâneas aplicada sobre os cursos demonstrou que eles cooperem com o desenvolvimento local e regional e com a resolução de problemas ao formar um profissional para ser agente de cidadania e de comunicação dialógica que respeita os saberes locais e os sujeitos dos lugares, atento às mudanças do sensorio, às dimensões espaço-tempo e tecno-sensorial e às mediações de identidades, narrativas, cidadanias e redes.

Palavras-chave: Jornalismo; Geografias da Comunicação; Educomunicação; territórios educativos.

ABSTRACT:

This article presents the contribution of journalism courses to urban centrality through educational and media services with a theoretical-methodological framework based on Martín-Barbero, Paulo Freire and Milton Santos and on curricular and extension guidelines. The mapping of the map of contemporary mutations applied to the courses demonstrated that they cooperate with local and regional development and with problem-solving by training professionals to be agents of citizenship and dialogic communication who respect local knowledge and the subjects of places, attentive to changes in the sensorium, space-time and techno-sensory dimensions and the mediations of identities, narratives, citizenship and networks.

Keywords: Journalism; Geographies of Communication; Educommunication; educational territories.

INTRODUÇÃO

Como cartografar territórios comunicacionais? Em resposta a esta indagação, o mapa das mutações contemporâneas apresenta possibilidades para compreender as relações entre comunicação, educação, cultura, política e território em meio aos eixos espaço-tempo e tecno-sensorial – temporalidades, espacialidades, tecnicidades e sensorialidades (Martín-Barbero, 2010; 2019). Da confluência destes eixos barberianos emergem as mediações de identidades, narrativas, cidadanias e redes num processo que

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), atuando no Curso de Jornalismo, no Campus de Tangará da Serra. Doutora em Comunicação (Uerj, 2023). Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP, 2012). Especialista em Educação a Distância (Senac-RJ, 2008), Jornalista graduada em Comunicação Social (UFMT, 2000). É líder do grupo de pesquisa Jornalismo, Educomunicação e Cidadania (Educom JOR/CNPq). Participa de associações nacionais de Jornalismo e de Comunicação (ABPEducom, (SBPJor, Intercom, Abej. E-mail: antoniaalves@unemat.br

conjuga historicidade e geograficidade nos usos do territoriais, no imaginário e nas ações dos sujeitos. Situação semelhante foi apontada por Milton Santos em relação às esferas das técnicas e das ações (tecnosfera/psicoesfera) no meio técnico-científico-informacional, instalado a partir de 1970, já que antes, o país viveu cerca de 400 anos como meio natural e por décadas como meio técnico, conforme suas periodizações do geografo. Esta perspectiva miltoniana corrobora com a concepção de Martín-Barbero, em busca das brechas reveladoras acerca de como as pessoas do povo agiam frente aos meios de comunicação hegemônicos. Ao se autodenominar cartógrafo mestiço, o comunicador, também filósofo e antropólogo, em trânsito pelo território latino-americano, ressignificou os estudos culturais britânicos com uma teoria da comunicação própria, transdisciplinar e híbrida. Ainda no início dos anos 1980, ele apontou um caminho de investigação com três campos estratégicos de investigação voltados para a estrutura transacional da informação, as novas tecnologias da comunicação e a comunicação alternativa e popular.

Figura 1: Evolução do Mapa das Mediações



Fonte: PEREIRA (2023, p. 82)

Seu interesse pelo outro lado da cultura e pelos fenômenos da comunicação no cotidiano delinearão a cartografia de seus quatro mapas (Figura 1) geridos por mediações principais (eixos) e secundárias (surgidas da confluência dos eixos). À medida que novas transformações surgiam, o autor alterava o foco de sua investigação, conforme registrava nas introduções de edições de sua obra seminal, lançada em 1987, "Dos meios às mediações" (Editora Gustavo Gili), cujo foco estava nas mediações culturais da comunicação. Depois, o foco passou para as mediações comunicativas da cultura (Convênio Andrés Bello, Bogotá, 1998) e para as mutações culturais contemporâneas

(Anthropos Editorial, Barcelona; Universidad Autónoma Metropolitana de México, 2010; Quito, Ediciones Ciespal, 2019). Em 2009 e 2017, os últimos mapas foram conhecidos por meio de entrevistas concedidas a Mauriluce Moura e a Omar Rincón.

Com os eixos diacrônicos e sincrônicos e as mediações, os mapas ajudam a perceber como se configuram as relações contemporâneas no emaranhado de tecnologias, dispositivos e linguagens, que Martín-Barbero denomina por ecossistemas comunicativos. Provocada pela tensão entre temporalidades, espacialidades, tecnicidades e sensorialidades surgem novas identidades, múltiplas narrativas, cidadanias e redes dados aos desafios que precisam ser compreendidos em seus determinados contextos. No caso desta pesquisa (Pereira (2023), esta cartografia foi acionada para compreender como os cursos de jornalismo podem fazer a diferença no território usado em que se encontram, muitas vezes, ao lado de territórios vulneráveis que se apresentam como gritos do território (Santos, 2005), demandando por ações de extensão que não sejam simplesmente “para”, mas “com” os cidadãos do lugar.

Indo além dos aparatos técnicos e como dimensão estratégica da cultural, as tecnicidades despertam para pensar a técnica pela carga semântica de *techné* (grego), um aparato educativo que carrega o sentido do aprender/ensinar para fazer a mediação entre o problema e o fim. A experiência comunicativa, nesta perspectiva, elucida o cenário atual e a repercussão das práticas sociais como pronúncia do mundo. Aliada às sensorialidades, as mediações possibilitam perceber como se desenrolam as relações e as ações no cotiando do acontecer solidário.

A episteme geográfico-comunicacional acionada neste artigo foi aplicada nos cursos de jornalismo a partir dos conceitos de espaço geográfico, território, lugar e região alinhado aos ecossistemas comunicativos e às práticas pedagógico-comunicacionais, tendo como autores fundantes, Milton Santos, Paulo Freire e Jesus Martín-Barbero enquanto mergulho transdisciplinar nas áreas Comunicação, Educação e Geografia. Respalhada pelas premissas freirianas e barberianas, a Educomunicação é um campo autônomo do conhecimento. Pelas Geografias da Comunicação, os conceitos geográficos propiciam melhor compreensão aos territórios comunicacionais e dos fluxos e contrafluxos informacionais.

Como recorte da atuação de 26 cursos de jornalismo, a reescrita deste artigo traz dados de dois dos seis capítulos da tese sobre a inserção das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus cursos no território, contribuindo para os fluxos disseminados na centralidade urbana. Esta perspectiva desperta para o conhecimento da história do lugar, a defesa de fronteiras e de interesses, assim como para a valorização dos saberes locais. Os resultados de suas práticas pedagógico-comunicacionais são objeto de outras publicações para revelar como esses cursos se colocam como protagonistas enquanto realizam uma formação em sintonia com as demandas do lugar e cumprem a responsabilidade social do jornalismo.

Com atenção às mutações socioculturais brasileiras e latino-americanas, Freire inspira práticas dialógicas para a educação como prática de liberdade. Isto possibilitou que a pesquisa vinculasse a história dos cursos, das IES e dos lugares aos aspectos históricos, geográficos e sociais no espaço-tempo, visualizando as brechas das quais emergiram a resistência dos nativos, migrantes e imigrantes no território usado em meio à história das IES, muitas delas surgidas da luta popular e vinculada à história da cidade, do povo e da nação. Enquanto Martín-Barbero questiona as ações hegemônicas da comunicação pela ótica cultural/popular, Santos aponta os interesses econômicos e perversos da globalização e a apropriação dos sistemas de objetos e sistemas de ação pelos atores no território usado.

Para Santos (2020, p. 12-118), a presença da universidade no existir da cidadania no território usado possibilita vivenciar um modelo cívico-territorial com respeito à cultura e à busca de liberdade com a ousadia para resistir e reivindicar. Este modelo faz do indivíduo um ser social em meio às regras de convivência e de cidadania frente à disponibilidade de bens e serviços geridos por usos e gestão territorial. Ao perceber integração entre cidadania, cultura e territorialidade, o geógrafo vê a cultura como herança e resultado do processo de viver que dá direito ao indivíduo de pertencer a um grupo, de se comunicar com ele no aprendizado das relações, sendo que a migração uma forma de agressão (p. 80-81).

Para Martín-Barbero, a sociedade precisa ser compreendida a partir de um sensorio movente que desperta novos modos de estar junto, escrita, sensibilidades e percepções como gatilho para compreender a comunicação hegemônica e contra hegemônica. Dialogando intrinsecamente, os conceitos de Milton Santos sustentam o emaranhado de fixos e fluxos a partir da fusão da técnica, ciência e informação e do conjunto de meios instrumentais e sociais, assim como das técnicas para que a vida humana se realiza na criação de espaço e realidades históricas.

Nos próximos tópicos, discutimos o território usado, pelo prisma da compreensão de territórios vulneráveis e educativos, e conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2021) no espaço geocultural da comunicação como elementos da cartografia aplicada em ecossistemas formativos. Por fim, os territórios educativos são delineados pela ação das instituições e cursos no local em que estão inseridos.

DO TERRITÓRIO USADO AOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Na referida pesquisa realizada em cinco regiões, a inserção dos cursos de jornalismo nos lugares foi averiguada pela intersecção dos conceitos geográficos de espaço, território, lugar e região. Como uma instância social multifacetada, o espaço geográfico é anterior ao território (Raffestin, 2009). Como conjunto indissociável entre os sistemas de objetos e de ações (Santos, 2020, p. 63), este apresenta as instâncias do espaço vivido (pelos agentes), espaço percebido (vivências e percepções do sujeito) e espaço concebido (com desempenho de função ou expressão de intenções), conforme Lefebvre

(2000, p. 67). O espaço, ainda, apresenta aspectos materiais, tangíveis e palpáveis, limites e fronteiras, sendo delimitado “por e a partir das relações de poder” (Souza, 2018, p. 22; 78), visto que apresenta caráter dinâmico, multidimensional e multiescalar no território com os polos epistemológicos da natureza e da sociedade (Haesbaert, 2019, p. 340).

Como uma faceta do espaço, o território da ação do ator é apropriado no espaço se concretizando no território usado pelo “espaço e seu uso” e “tempo e seu uso” (Santos, 2020a, p. 54). Como apresenta distintas compreensões, o território pode ser visto como recurso para garantia de interesses pelos atores hegemônicos e como abrigo para a busca por adaptação ao meio geográfico enquanto recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares pelos atores hegemônizados (Santos et al., 2000, p. 12). São os usos dos objetos e das ações no território habitado que possibilitam a resistência dos lugares em busca de outra globalização que restaure a dignidade humana no cerne do conflito entre o ato de produzir e de viver dos espaços local e global como revanche aos vetores da mundialização (Santos, 2005, p. 255). Como um híbrido que carrega dimensões políticas, econômicas e culturais, a apropriação do território traz diferentes concepções, conforme se percebe a seguir: conquista e dominação (Ratzel, 1974), produto social das relações espaço-temporais (Quaini, 1979) e de poder (Sack, 1986; Raffestin, 1993; Souza, 2018) ou múltiplos territórios (Saquet, 2008; Haesbaert, 2019).

Considerando os usos dos objetos e das ações no território habitado, o território usado, visto como múltiplos territórios por Haesbaert (2019, p. 331), contempla também aglomerados de exclusão socioespacial que fragilizam os laços entre grupos sociais e destes com o espaço e a mobilidade/imobilidade sem direção definida ou efetivo controle territorial. Este geógrafo compreende que os territórios-rede são formados por zona, rede e fluxos que acionam o controle de áreas e limites/fronteiras, fluxos e polos de conexão ou redes. De maneira similar, a cartografia das mediações aciona este percurso no sensório atual.

A potência do território usado como “nosso quadro de vida” (Santos, 2005, p. 255) se atualiza nos territórios-rede flexíveis como multiterritorialidade de experiências, relações, fluidez e interconexão (Haesbaert, 2019, p. 287). Surge nos múltiplos territórios, tecidos pelas relações sociais e poder das redes (individuais e grupais) e pela experiência cultural, econômica e política enquanto os sujeitos vão tecendo seus próprios territórios-rede em processos de reterritorialização (p. 349). Como potência a depender do contexto (social, econômico, político-cultural) situacional de cada, a multiterritorialidade emerge quando há combinação dos territórios-rede; entretanto, apenas daqueles que tiverem mais poder para produzir mudanças sociais e mais opções para ativar e comandar sua riqueza (p. 362). Para este geógrafo, os múltiplos territórios, em sua multi/pluri/inter/trans territorialidade, apontam para a sensação de estar entre ou viver em espaços de fronteira entre distintos territórios (inter) e de estar entre diferentes territórios e territorialidades (trans) enquanto acontecem os distintos trânsitos pela territorialidade alheia.

Com carga tecno-sensorial, os lugares são ressignificados, recriados, renovados e diferenciados a partir da vivência de identidades, subjetividades e trocas simbólicas que reconfiguram a espacialidade como “feixe de forças sociais em um lugar” e propicia nexos de informação que circulam entre sistemas e processos, fixos e fluxos que alteram a localização e a coexistência temporal de lugares na perspectiva das novas localizações (Santos, 2013, p. 92; 2014, p. 13; 2020, p. 122). Ao impactar no cotidiano plural, fixos artificiais e fluxos relacionais fazem emergir o protagonismo e o comando exercido em áreas com densidade técnica e difusão de informações em espaços luminosos ou opacos (Santos; Silveira, 2020; Santos, 2013) frente aos avanços técnico-sensoriais e econômicos. Assim, esta perspectiva encontra-se delineada no mapa das mutações contemporâneas.

Avançando nesta vertente, a ressignificação do conceito de região como “artefato” (artifício e fato) possibilita criar (não só interpretar) tanto as relações políticas, culturais e socioeconômicas quanto as desigualdades culturais (raça/etnia/gênero) nos espaços vivido, concebido e praticado em meio aos saberes locais/regionais em vista da construção de diferenciação em distintas articulações sociais e implicações político-sociais (Haesbaert, 2010, p. 186-187). Com isto, os movimentos sociais de resistência e suas articulações e implicações político-sociais podem ajudar a normatizar um “dever ser” de região que indique um caminho ideal a ser construído (p. 263-264). Este olhar decolonial voltado para a complexidade e as múltiplas formas de poder sobre/com o espaço no território, deixa de lado aquela pretensa universalização de região como síntese humana/natural, construção mental/ intelectual, espaço de identidades/regionalismos, coesão/articulação regional, diferenciação/ homogeneidade.

Nestes lugares de r-existência, o “giro multiterritorial decolonial” (Haesbaert, 2021, p. 155) possibilita compreender as relações de poder e a dimensão simbólica do poder nas ações dos sujeitos na multiterritorialidade das práticas, r-existências e lutas dos grupos subalternos culturais e territoriais, assim como na tensão de territorialidades entre lógicas hegemônicas e saberes subalternos nas lutas de r-existência e diversidade geohistórica do cotidiano (Porto-Gonçalves, 2002; 2013). Concordamos com Haesbaert, destacamos que há marca decolonial em Milton Santos, principalmente, nos conceitos de território usado, fluidez do território, dimensão cultural do território como híbrido e mutável, dimensão vivida e praticada do território a partir do espaço banal, acontecer solidário e resistência.

A marca do pluriverso no contexto latino-americano aborta perspectivas dualistas para compreender o território como construção dada pelas relações de poder no espaço (poder de resistência/r-existência, do indivíduo/seu corpo) no contexto social de sua inserção que o condiciona sob certos aspectos que o subordina (Ibidem, 2021, p. 218). Esta premissa está presente em Martín-Barbero que olhava pelas margens da comunicação hegemônica para averiguar territórios vulneráveis e educativos no território tempo-espaço das práticas sociais, geográficas e culturais, e das redes estabelecidas pelos sujeitos nos territórios.

Como enriquecimento do olhar geográfico-comunicacional, a multiterritorialidade é capaz de acionar dinâmicas de comunicação que ultrapassem a verticalidade da densidade informacional para a horizontalidade da densidade comunicacional capaz de quebrar círculos descendentes de informação dos grupos que comandam a comunicação, ações de resistência e ampliação de políticas públicas (Pasti, 2012, 2018). É no existir cotidiano que as dinâmicas comunicacionais dos sistemas de comunicação (objetos técnicos e sistemas de ações) do lugar podem ampliar a comunicação portadora de transformação dos/nos lugares (2012, p. 11). Uma agenda de democratização, pautada na pluralidade e na diversidade de vozes articuladas podem reverter os espaços silenciados pelas desigualdades de comunicação com políticas públicas que propiciem ações participativas e dê apoio aos agentes contra hegemônicos dos meios comunitários, alternativos e populares (2018, p. 265-266).

Apontados nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (2021; 2022), os desafios contemporâneos podem ser respondidos a partir de ações de intervenção nos lugares como exercício da cidadania e responsabilidade social do jornalismo para que a pronúncia do mundo dos sujeitos seja uma vivência do “direito à cidade” como “uma vida decente para todos”, obtida pelo acesso aos “bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna” (Santos, 2020c, p. 157). O acontecer solidário no cotidiano cultural, comunicacional e educacional passa por mediações e escalas, dispositivos construídos socialmente para conhecer os fenômenos e as estruturas para medir sua relação com o contexto (Lopes, 2018; Herod, 2011). Ações e relações se constituem como práticas pedagógico-comunicacionais, isto é, por estratégias comunicacionais.

O ESPAÇO GEOCULTURAL DA COMUNICAÇÃO

Seja como múltiplos territórios, territórios vulneráveis ou educativos, o território usado resulta dos usos feitos pelos sujeitos e a multiterritorialidade dos territórios-rede que tiveram mais condições para ativá-los (Haesbaert, 2021, p. 362). Com esta concepção, as mediações do mapa comunicativo foram acessadas para vislumbrar as relações de saber e poder dos atores dos cursos, já que estes produzem “narrativas” a partir da confluência das tecnicidades e temporalidades dada à inserção de sistemas técnicos e sistemas de ações que são apropriadas pelos sujeitos, em relações hierárquicas ou processo participativo. Como corpos-território em trânsito, o sujeito assume múltiplas identidades enquanto transita por distintos territórios, fazendo emergir múltiplas narrativas a partir dos saberes pluriverso do lugar. Como mediação, as identidades surgem do movimento entre as temporalidades e as sensorialidades, apresentando novas percepções, sensações e modos de estar junto.

Os usos territoriais se manifestam nas condições de ser (ou não) cidadãos diante dos fixos e fluxos instalados no território usado e no acontecer solidário, conforme Milton Santos. No mapa, as cidadanias são mediações que ajudam a compreender este processo a partir da confluência entre as sensorialidades e as espacialidades, ampliando as

mediações das redes advindas da relação das tecnicidades e das espacialidades. Os lastros luminosos do meio técnico-científico-informacional (com mais infraestrutura tecnológica) e o emaranhado dos ecossistemas comunicativos podem desvelar as relações de saber e de poder que lhes são intrínsecas e, ao serem compreendidas pelos sujeitos do lugar, dão lhes condições de se levantar contra as normas que lhes tiram o “direito à cidade”. Com a aplicação deste mapa, os atores podem realizar mediações no empoderamento para que cada sujeito “diga sua palavra” a partir da união, colaboração, organização e síntese cultural (Freire, 2018a). Estes quatro elementos da ação dialógica combinadas às quatro mediações e a quatro indicadores educacionais (ações de diálogo, gestão da comunicação compartilhada, participações de protagonismo e novas relações) enriqueceram o mapa barberiano.

Para a pronúncia do mundo, os sujeitos atuam pela mediação das cidadanias para fomentar a organização, a participação coletiva e a síntese cultural em oposição à invasão cultural. Assim, as dimensões espaço-tempo e tecno-sensorial repercutem em múltiplas redes a fim de proporcionar às pessoas, aos grupos e aos movimentos sociais ampliação de sua visibilidade, dando a conhecer suas lutas, reivindicações e sonhos para outros horizontes. Os atores dos cursos de jornalismo contribuem para aumentar as densidades comunicacionais no espaço da cidade educadora e nas distintas heterotopias, abrindo espaço para que os sujeitos do lugar se tornem coprodutores de comunicação, indo além de fontes noticiosas. Inspiradas em Paulo Freire (1983), as ações extensionistas delineiam este posicionamento como extensão dialógica que se faz “com” e não “para” as pessoas.

Ao aplicar este mapa sobre o território, universos complexos emergiram suscitados pelas ações de extensão. Entretanto, percebemos que não basta produzir um jornal local sobre assuntos de interesse da comunidade, é preciso que as pessoas do local participem de todas as etapas, dizendo o que faz sentido e como avançar em sua atuação. Desta forma, as práticas vivenciadas nos ecossistemas formativos jornalísticos podem ser impulsionadoras pela valorização de outros saberes, fazendo uso do conhecimento dos fluxos local-regionais e da centralidade urbana que priorizam determinados grupos de comando. Desta forma, os sujeitos em formação serão capazes de atuar para além da tão estudada neutralidade e objetividade jornalísticas, posicionando-se em defesa da vida e da justiça social.

O mapa comunicativo ajudará na percepção das forças de comunicação hegemônicas, de veículos de comunicação ou sua ausência, das regiões de sombra e de silêncio (Santos; Silveira, 2020) ou mesmo de silenciamentos por parte daqueles que controlam a mídia em determinados lugares (cidades do agronegócio, dos minérios etc.). A partir do jornalismo como emancipação social e considerando a heterotopia dos lugares, os egressos podem propor iniciativas por meio de trocas efetivas, demonstrando que os cursos contribuem para o desenvolvimento local e regional. Iniciado com os serviços educacionais oferecidos pelas instituições, este processo é alcançado porque as mediações ajudam a compreender as trocas entre os sujeitos do curso e a comunidade

efetivadas por suas identidades, pelas iniciativas dialógicas e contra hegemônicas (narrativas) e ações coletivas em luta por seus interesses (cidadanias) até atingir múltiplas escalas e visibilidade para a transformação social (redes).

Estes cursos que se voltam para o território, empurrados pelas diretrizes curriculares e extensionistas, que recomendam contribuição com o desenvolvimento local e resolução de dilemas sociais, encontrando respaldo na Agenda 2030 (ONU, 2015) com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este é um caminho para desenhar ações extensionistas capazes de transformar territórios vulneráveis em territórios educativos a partir de uma outra prática jornalística que se levante contra aquela que nega saberes, optando por uma prática comprometida com a construção coletiva de emancipação (Oliveira, 2017). Frente à disponibilidade de bens e serviços geridos por usos e gestão territorial e em meio às regras de convivência e de cidadania, o ser social é um cidadão, ou tenta ser mesmo quando o lugar não lhe dá condições, buscando resistir e viver, pertencendo a um grupo, se comunicar com ele no aprendizado das relações (Santos, 2020, p. 80-81).

Imersos no acontecer solidário num cotidiano cultural, comunicacional e educacional do território usado e dos espaços banal e das redes, os cursos podem experimentar vivências, sensibilidades, afetos e trocas nos novos modos de estar juntos na cidade educadora. Esta força evoca, ainda a dimensão do sensível dos espaços comunicantes, das vivências utópicas, das r-existência e da indignação nos espaços historicizados. Ao conjugar múltiplas temporalidades, estes espaços passaram por transformações do tempo, usos sociais e ritmos da vida humana no entrecruzamento de mediações sociais, técnicas, políticas e culturais que ajudam a repensar a vida social, a cultura digital e a interação social e midiática.

Não são apenas metáforas, os conceitos geográficos carregam sua robustez na obra de Martín-Barbero (2018, p. 26-27) nas discussões sobre espaços, tempos e relações sociais. Para ele, as espacialidades são produto social e condição do devir no espaço de realização dos sujeitos e no território como lugar de apropriação, no espaço habitado (corpos, território e cotidiano), imaginado (identidades e relações sociais), produzido (urbanias e cidadanias) e praticado (construções, sujeitos). O autor compreende as relações sociais e as interações socioculturais se (re)produzindo em espaços físicos, simbólicos, privados, públicos, locais, nacionais, globais e simultâneas, assim como em múltiplos espaços que dissolvem espaços territoriais e sacodem temporalidades. As práticas e os artefatos culturais em apropriação se aproximam da concepção de sistemas de objetos e de ações como apropriação da produção do lugar, realocado pelas práticas populares e ancorados em memórias, ritmos, formas e cenários de interação e repetição.

Como processos concomitantes, tecnicidades e sensorialidades estão relacionadas à percepção das mutações culturais e às intenções em relação aos usos da tecnologia como saber-fazer e como sensações perceptíveis se perfazendo frente ao tempo-espaço, ao sensorio e às relações socioculturais. Pelas sensorialidades, compreendem-se as relações

dos sujeitos com as narrativas midiáticas, com o mundo e experiências vividas com afeto, sentimento e emoção.

Os “gritos do território” como um ato revolucionário (Santos, 2005) podem desafiar os cursos de graduação a saírem de sua zona de conforto para uma vivência como exercício de poder e sujeito de resistência no corpo-território dos atores, na corporeidade de sua realidade (étnico-racial, acessível, socioeconômico e de gênero) e como cidadania. Assim, a densidade comunicacional e a resistência dos lugares são compreendidas pelas ações participativas que levam a trocas plurais e diversas no cotidiano para ampliar vozes, diminuir desigualdades, por meio de uma atitude sensível às demandas do lugar de encontro com práticas dialógicas e emancipatórias nos territórios-rede (Pasti, 2018; Endlich, 2006; Haesbaert, 2021). Para isso, os cursos precisam estar cientes da história dos lugares.

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: CURSOS DE JORNALISMO E SUAS INSTITUIÇÕES

A localização das instituições e do serviço educacional de ensino de jornalismo revelam distintas perspectivas a partir do projeto pedagógico de curso que considera as peculiaridades locais e regionais para sua contribuição, inclusive, para a ressignificação dos lugares.

Em cinco séculos de história, o comando do território brasileiro foi marcado por lutas, invasões e disputas em processos de aculturação e de resistência popular nos espaços banais e hegemônicos. Ao compreender os aspectos históricos, geográficos e sociais no espaço-tempo, as brechas da história oficial delineiam a resistência de nativos, migrantes e imigrantes etc.

Com a expertise das áreas do conhecimento dos cursos, os serviços educacionais das instituições reconfiguram a ressignificação dos lugares com a alteração, inclusive do perfil de estudantes, alterado pelas políticas públicas de ingresso e de permanência que permitiram o acesso das classes C, D e E. Avanço impulsionado pela Constituição Federal (1998), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996) e leis que permitiram abertura à diversidade no espaço universitário pelas políticas públicas de permanência e de ações afirmativas.

Processo iniciado com o movimento de valorização da educação superior e da pesquisa desencadeado na década de 1960, culminando na criação da rede de universidades federais. Com mais dificuldades e muito protagonismo, as instituições estaduais e municipais se alastraram pelo interior do país, oferecendo serviços educacionais de maneira localizada, enfrentando pressões políticas e superando desafios financeiros, muitas vezes, ignoradas em determinadas políticas públicas do sistema nacional de educação. Também, as privadas passaram por percalços, alcançando maior sucesso com a estabilidade econômica do país, a partir de 1990, e com as políticas públicas

de financiamento estudantil e de bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni) a partir dos anos 2000.

Com mais de cinco séculos de história, a primeira universidade brasileira surgiu em 1920 (Universidade do Rio de Janeiro, renomeada como Universidade do Brasil – UB, em 1937, e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1966).

Na década seguinte, foram criadas a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal – UDF (1935-1939). As demais incorporaram instituições centenárias como resposta aos anseios e à reivindicação popular. Ainda há que se considerar a criação da Universidade de Brasília na nova capital federal, em 1962, como protótipo de universidade cidadã e revolução da vida acadêmica para construir uma sociedade mais justa e igualitária (Ribeiro, 1986). Pioneiras, entre as investigadas, destacamos três federais por incorporar instituições centenárias: a UFRJ incorporou a Escola Politécnica, de 1792; a Universidade Federal da Bahia (1950), a Escola de Cirurgia da Bahia, de 1908; a Universidade de Ouro Preto (1969), a Escola de Farmácia, de 1839, e a Escola de Minas, de 1879.

Com curta existência, a UDF foi pioneira na criação do primeiro curso de jornalismo, em 1935, por Anísio Teixeira, embora tenha sido o segundo a entrar em funcionamento no país (recriado por decreto federal e incorporado à UB, depois UFRJ), sendo o primeiro instalado pela Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, em 1947. Em 1969, o ensino de jornalismo sofreu um baque com a perda de sua independência, tornando-se habilitação do curso de Comunicação Social, o que levou ao enfraquecimento da integração teoria e prática com os currículos mínimos de formação generalista instaurados.

Após intensas lutas, as diretrizes curriculares nacionais (DCNs) marcaram avanços com as primeiras que abortaram os currículos mínimos, em 2002, e as últimas que trouxeram total independência, recriando o Bacharelado em Jornalismo, em 2013.

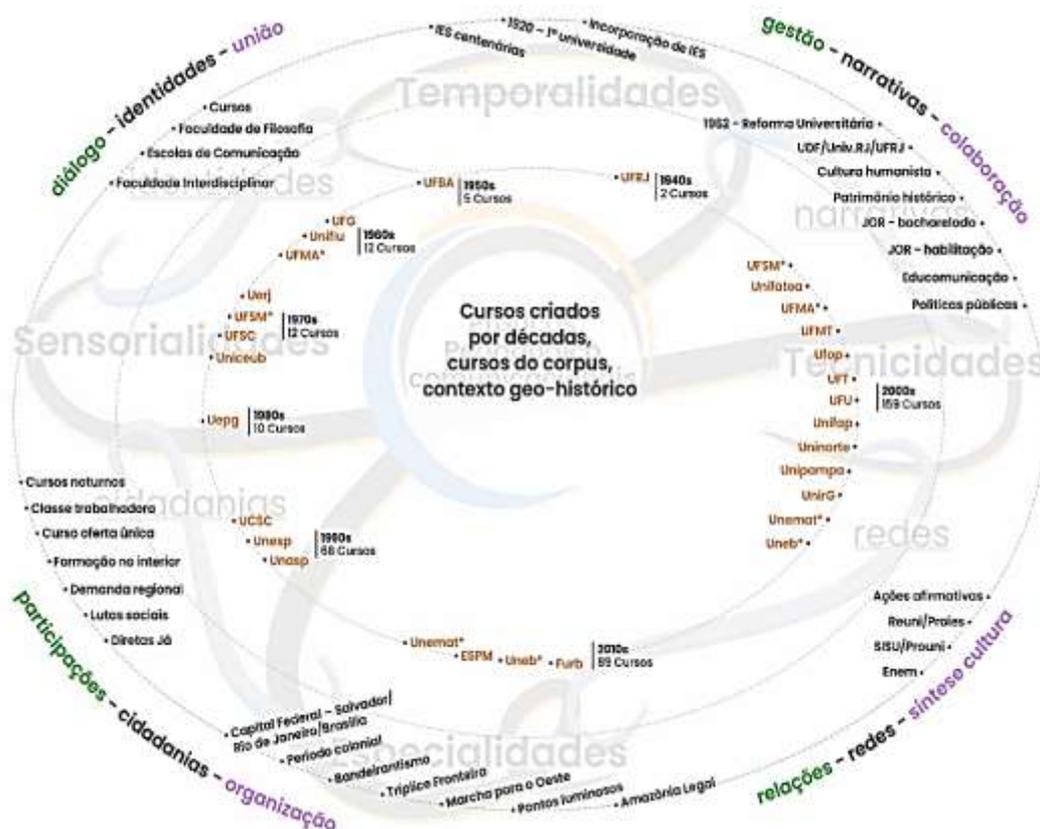
Outro grande baque foi a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, em 2009, uma luta que perdura com campanhas e pressão junto ao Congresso, tendo se intensificado em 2024.

Esses eventos espaço temporal estão incorporados na história dos cursos em oito décadas de existência como testemunha ocular de embates históricos, sociais e culturais enquanto buscavam oferecer respostas transformadoras às demandas local-regionais (Figura 2).

Ao lado dos serviços educacionais, os cursos contribuem com a qualidade dos serviços de mídia para a centralidade da rede urbana em sintonia com a reconfiguração do mercado jornalístico regional que atrai e expande inovações à imprensa, às emissoras de rádio e de televisão, e às formas de jornalismo na internet, com inovação tecnológica com repercussão social.

Para além das formas hegemônicas, o jornalismo tem sua história marcada por uma atuação contra hegemônica que se expressou pela imprensa alternativa, sindical e popular.

Figura 2: Cartografia aplicada sobre as IES



Fonte: PEREIRA (2023, p. 44)

Nesta cartografia de inserção dos cursos no território, as temporalidades e as espacialidades apresentam instituições demarcadas por contextos históricos que remontam ao período colonial e ao bandeirantismo rumo ao interior do país, assim como aos processos de defesa na tríplice fronteira Brasil, Uruguai e Argentina, assim como ao avanço da Marcha para o Oeste nas regiões Norte e Centro-Oeste. Da primeira capital federal (Salvador), passando pelo Rio de Janeiro até se instalar em Brasília, o desenvolvimento socioeconômico do país se dissemina com o meio técnico-científico-informacional, com maior luminosidade na Região Concentrada (Sudeste e Sul) e alguns pontos luminosos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia (Santos; Silveira, 2020). Como instrumento, Amazônia Legal possibilitou maior crescimento aos estados do Norte, de Mato Grosso e do Maranhão. Isto revela que as tecnicidades e as sensorialidades implementadas pela ação governamental trouxeram políticas de atendimento às demandas sociais e regionais.

Conforme visto no mapa, as tríades dos indicadores educacionais, respaldos pela comunicação dialógica e pelas mediações, revelam histórias e desafios. No âmbito do diálogo-identidades-união, os fenômenos e os processos desafiam a missão das instituições para delinear o perfil do curso, criado numa faculdade de filosofia, mas depois incorporados a uma faculdade de comunicação ou em outras situações, a uma

interdisciplinar, conforme necessidades locais. As competências das DCNs, alinhadas aos saberes freirianos (2018b), registram os cursos em interação com as pessoas, grupos e contextos socioculturais por meio do respeito, do exercício da cidadania e do papel do jornalismo na democracia.

A gestão da comunicação compartilhada-narrativas-colaboração apresenta fatos ligados à reforma universitária, à história da primeira universidade e do curso, à cultura humanística, às políticas públicas comum a todos, e a algumas, o fato de ser patrimônio histórico ou realizar práticas educacionais. Os cursos desenvolvem competências e saberes para a apropriação, inovação e interesse público que vão desde o manejo e mediação das tecnologias às linguagens midiáticas para a produção jornalística, no ecossistema formativo e com as pessoas da comunidade com mediação dialógico-pedagógica.

Como as participações de protagonismo-cidadania-organização, os perfis dos cursos revelaram preocupação em atender a estudantes trabalhadores com ensino noturno, mesmo que os desafios da formação no interior enfrente outros desafios que passam pela demanda regional, inclusive com a oferta de turmas únicas, e as lutas sociais a que se inseriram com a sociedade civil. Neste aspecto, os saberes freirianos e as competências do egresso apontam para o cuidado com a cidadania para garantir o direito à informação, com a pluralidade de fontes para olhar os fatos em suas produções jornalísticas, assim como para a convivência nas distintas e diferentes relações em sua atuação com projetos, produtos e práticas jornalísticas, editoriais, comunitários, estratégicos, corporativos.

No processo que leva a novas relações-redes-síntese cultural sobressaíram as políticas públicas com foco em ações afirmativas, ingresso e permanência de estudantes. Saberes e competências cultivadas no interior dos cursos e no contato com as comunidades atuam como uma reinvenção comunicativa que passa, necessariamente, pelo clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes e generosas e do afeto e do respeito aos saberes dos outros como condição para uma aprendizagem.

Estes aspectos geográficos, históricos, econômicos, sociais e culturais foram decisivos para que as universidades nascentes incorporassem instituições existentes e delineassem novos projetos de expansão como resposta à formação superior no próprio estado, muitas localidades sem este serviço no município ou em regiões próximas. Narrativas e redes, a partir do percurso formativo, foram decisivas para ampliar estratégias legais e educacionais para profissionalizar o mercado da região e formar um profissional apto a trabalhar com mídias comunitárias e movimentos sociais, assim como para a superação de desigualdades sociais e regionais com mais justiça social e princípios democráticos.

Em todos os cursos foi possível perceber que o desenvolvimento sustentável é algo que almejado pelos cursos em suas práticas pedagógico-comunicacionais voltadas para aspectos que interligam sua missão formativo aos desafios contemporâneos do

lugar, do país e do mundo. Entre as preocupações para a formação de um jornalista comprometido estão as lutas populares, a democratização do país e da comunicação, os coletivos negros, os povos originários, o mercado profissional do interior, a questão ambiental, a disseminação da ciência, a valorização do patrimônio cultural e a comunicação comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos a articulação entre os pensamentos de Martín-Barbero e Milton Santos na aplicação cartográfica baseada nas mediações do mapa das mutações contemporâneas no território usado em sintonia com a comunicação dialógica de Paulo Freire. Isto foi condição para observar como os cursos de jornalismo e as instituições de ensino se inserem nos lugares de maneira a contribuir com o desenvolvimento local e regional, e para a centralidade urbana com a formação de jornalista e para os serviços de mídia instalados ou a serem instalados. Em consideração às diretrizes curriculares e extensionistas, as ações de extensão dos cursos atuam para profissionalizar o mercado jornalístico com estratégias para a formação de um profissional com características dialógicas que saiba respeitar os saberes locais e os sujeitos dos lugares que corroboram para a transformação social.

A aplicação do referido mapa demonstrou que as dimensões espaço-tempo e tecno-sensorial e as mediações de identidades, narrativas, cidadanias e redes são elementos fundamentais para compreender o sensório contemporâneo e as relações de poder e de saber que são emanadas no acontecer solidário. Como parte da investigação de doutorado, o artigo trouxe alguns elementos que passam pelo re/conhecimentos dos aspectos históricos dos lugares para que, de fato, os cursos e as instituições oferecer uma contribuição significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 21, de 27 de setembro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018a.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Paz & Terra, 2018b.

_____. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1969].

HAESBAERT, Rogério. **Território e decolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019 [2004].

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEROD, Andrew. **Scale**. New York: Routledge, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. A teoria barberiana da comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 1 jan./abr. 2018, p. 39-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145750>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, 2010a [1987].

_____. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 9-31, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PASTI, André. **A comunicação, os usos do território e o método geográfico**: em busca de uma leitura crítica. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, CE, 3 a 7/9/2012. 2012.

_____. **Mídia, território e comunicação ascendente**: políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PEREIRA, Antônia Alves. **Formação em jornalismo**: um estudo de projetos pedagógicos e práticas comunicacionais em diferentes regiões brasileiras. 2023. Tese (Programa de Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RINCÓN, Omar; MARTÍN-BARBERO, Jesús. Mapa Insome 2017: ensayos sobre el sensorium contemporáneo, un mapa para investigar la mutación cultural. In: JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela; WOTRICH, Laura (org.). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**: diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Ed. Omar Rincón. Quito: Ediciones Ciespal, 2019. p. 17-23.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. La reinención de los territorios: la experiencia latinoamericana y caribeña. In: _____. **Territorialidades y lucha por el territorio em América Latina**. Lima: Unión Geográfica Internacional. 2013[2008].

_____. **Geografando**: nos varadouros do mundo. Brasília: IBAMA, 2003.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009. p. 17-35.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. München: Otto Zeller Verlag, Osnabrück, 1974.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021/2022 – RDH. **Tempos incertos, vidas instáveis**: a construir o nosso futuro num mundo em transformação. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-dedesenvolvimento-humano-2021-22>. Acesso em: 5 set. 2024

_____. – RDH 2020. **A próxima fronteira**: o desenvolvimento humano e o Antropoceno. 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-reportdocument/hdr2020overviewportuguese.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SACK, Robert. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton Santos; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 21. ed., Rio de Janeiro: Record, 2020 [2001].

_____. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 4. ed. (Coleção Milton Santos; 1). São Paulo: Edusp, 2020a [1996].

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. (Coleção Milton Santos; 8). São Paulo: Edusp, 2020b [1987].

_____. **Espaço e método**. 5 ed. (Coleção Milton Santos; 12). São Paulo: Edusp, 2014 [1985].

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. (Coleção Milton Santos; 11). São Paulo: EdUSP, 2013 [1994].

_____. O retorno do território. In: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. a. 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 255-261.

_____. et. al. **O papel ativo da Geografia**: um manifesto. Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 73-94.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrald Brasil, 2018 [2013].